
Padrão de desenvolvimento brasileiro: o agronegócio e sua dinâmica no Oeste baiano.

Priscila Martins de O. Santana*

RESUMO: A expansão do agronegócio nas últimas três décadas da economia brasileira, suscita debates nos mais variados campos da sociedade. Seja no âmbito acadêmico, econômico, político ou ambiental, as questões que envolvem o tema “agronegócio” estão cada vez mais presentes. Este trabalho tem como objetivo caracterizar e discutir a relação existente entre a dinâmica do agronegócio da soja e o atual padrão de desenvolvimento brasileiro denominado, neste trabalho, Modelo Liberal Periférico. Nesse sentido, este artigo lança mão de um aporte teórico para a compreensão do processo dialético de reprodução do capital numa formação social específica, o conceito de padrão de desenvolvimento e seu uso na experiência histórico-concreta da economia brasileira. A metodologia do trabalho tem como base os dados empíricos da economia brasileira e o arcabouço teórico da economia política.

1. O CONCEITO DE PADRÃO DE DESENVOLVIMENTO

Alguns teóricos têm elaborado modelos de análise do processo de reprodução do capital nas formações sociais, esforço teórico significativo para o entendimento da dinâmica concreta das economias e, portanto, das suas especificidades enquanto lócus de acumulação do capital. É nesse sentido que a literatura sobre o tema padrão de desenvolvimento expressa a sua relevância enquanto caminho teórico para a compreensão do processo dialético de reprodução do capital numa formação social específica.

Inicialmente, é relevante fazer algumas observações sobre o conceito de padrão de desenvolvimento, com o intuito de diferenciá-lo de outros dois conceitos bastante discutidos também na literatura sobre desenvolvimento e tratados, muitas vezes, como sinônimos em diversos trabalhos: a) o conceito de padrão de acumulação; b) o conceito de padrão de industrialização.

* Mestranda em Ciências Econômicas na Universidade Federal da Bahia.

Almeida Filho (1993) apresenta uma sistematização sobre os três conceitos apresentados anteriormente, destacando tanto os níveis de abstração de cada um deles quanto o alcance dos mesmos. Os conceitos de padrão de acumulação e de padrão industrialização se apresentam num grau mais elevado de abstração. O conceito de padrão de acumulação tem como intuito explicar etapas de desenvolvimento das forças produtivas, apresentando a forma de reprodução do sistema com base em categorias explicativas mais abstratas, tais como os esquemas de reprodução do capital de Kalecki; enquanto que o conceito de padrão de industrialização busca definir a natureza concreta do processo de industrialização da economia, focando muito mais no seu desenho produtivo e institucional (Almeida Filho, 1993, p.11). Para Almeida Filho (1993), a categoria teórica padrão de desenvolvimento se apresenta num menor nível de abstração, já que incorpora a forma da ação concreta do Estado, a atuação das distintas forças políticas e o nível histórico. O autor destaca que essa categoria tem um maior potencial explicativo e sugere alguns pontos teóricos a serem desenvolvidos no sentido de dar mais consistência a esse conceito. Segundo ele,

[...] o padrão de desenvolvimento apreende a ação concreta do Estado; entretanto, esta é determinada fundamentalmente por uma correlação de forças que estabelece alguns mecanismos seletivos, ao nível das instituições políticas. Tais mecanismos precisam ser trazidos para o interior da análise, fazendo parte da definição do conceito. Este é o desafio maior. (ALMEIDA FILHO, 1993, p. 17)

Erber (1992) apresenta o conceito de padrão de desenvolvimento, com base teórica na “escola de regulação” e nas contribuições dos neoschumpeterianos. Para o teórico, o conceito de “padrão de desenvolvimento” de uma dada economia capitalista diz respeito às relações entre os diversos agentes sociais e econômicos, relações essas que viabilizam num certo período do tempo, a manutenção da dinâmica da acumulação capitalista e de conservação do poder político.

O autor apresenta algumas categorias, chamadas de normas, que estruturam essas relações no plano econômico, e que, portanto, compõem o conceito de padrão de desenvolvimento. Essas normas, que dizem respeito à acumulação, produção, inovação, inserção externa, ao consumo e financiamento, aglutinam alguns elementos do sistema econômico, tais como a forma de participação dos setores industriais na acumulação, a capacidade de geração de inovações por parte dos agentes privados, a participação do Estado no processo de

acumulação, a composição básica da cesta de bens dos consumidores, dentre outros elementos (ERBER, 1992, p. 2).

Erber (1992) chama atenção para a existência de cumplicidade entre as diversas normas, o que proporciona certa manutenção do padrão de desenvolvimento ao longo de um período de tempo. Porém, essas mesmas normas também estão sujeitas as mudanças, tendo em vista a própria dinâmica das forças do sistema capitalista. Logo, esse processo de desenvolvimento, próprio do sistema capitalista, que altera as normas do padrão de desenvolvimento, faz com que este último se defronte dialeticamente com suas crises e possibilidades de superação. A transformação de uma norma específica pode ser compensada através da transformação de outra norma, de tal maneira que o padrão de desenvolvimento se mantenha o mesmo e não sofra modificações estruturais. No entanto, no momento em que diversas normas se encontram em estado de crise generalizada configura-se, então, o processo de crise do próprio padrão de desenvolvimento.

Filgueiras (2012) apresenta o conceito de padrão de desenvolvimento capitalista, que compreende a ideia de desenvolvimento das forças produtivas e das relações socioeconômicas naquelas formações sociais em que o capital é o elemento que estrutura a base econômica. Segundo ele, o desenvolvimento do capitalismo pode assumir diversas formas e ter diversas naturezas, independentemente do juízo de valor – positivo ou negativo – que possa ser feito dos seus resultados em termos sociais, ecológicos ou políticos. Portanto, essa visão difere da concepção de desenvolvimento restrita, necessariamente, à redução das desigualdades sociais, ao aumento da liberdade política ou sustentabilidade ambiental. Nesse sentido, tal ideia de desenvolvimento tem como base a natureza do movimento do capital, e compreende mudanças estruturais, sejam essas econômicas, sociais, culturais e ambientais, independentemente delas gerarem melhoras ou piores em cada um desses planos.

O conceito de padrão de desenvolvimento proposto por esse autor tem como base teórica a literatura marxista do desenvolvimento econômico, e, portanto, incorpora elementos que levam em conta as relações entre as distintas forças políticas que disputam a hegemonia do

Estado. Assim incorpora, por exemplo, as noções de bloco no poder¹ e de frações de classes. O bloco no poder, corresponde a uma composição, em uma determinada conjuntura, de diversas classes e frações de classes, liderada por uma delas, a qual assumirá uma posição hegemônica perante as demais que compõem o bloco no poder (FILGUEIRAS, 2012).

O elemento bloco no poder é tido como o elemento precedente a todos os demais que compõem a categoria de análise, haja vista a capacidade que esse elemento político tem de expressar e ao mesmo tempo delimitar os demais atributos do padrão de desenvolvimento.

A hegemonia e a liderança surgem como resultado da capacidade da classe, ou fração de classe de unificar e direcionar o domínio político lançando mão diretamente da ideologia enquanto mecanismo político capaz de contribuir para consolidação de um consenso de certas classes no processo de acumulação capitalista. De acordo com Filgueiras,

Caracterizar o bloco no poder implica em identificar o conjunto de classes e/ou frações de classe dominantes, articuladas e sob a hegemonia e direção de uma delas, que dominam e dirigem o Estado. Essa hegemonia, para ter certa estabilidade, expressa a dominância e liderança de determinada fração do capital no processo de acumulação em curso, que inclui a sua capacidade de contemplar os interesses de outras frações do capital. Quando essa hegemonia incorpora, marginalmente ou mais significativamente, interesses das classes subordinadas ou de algumas de suas frações, ela deixa de ser estrita ao bloco no poder e se amplia para além dele, abarcando o conjunto da sociedade (POULANTZAS, 1977 apud FILGUEIRAS, 2012, p.9).

As categorias bloco no poder e frações de classes demonstram os aspectos contraditórios e conflituosos subjacentes à dinâmica do Estado. Do ponto de vista mais concreto, o Estado deve ser visto enquanto uma composição política que expressa a contradição entre as distintas classes sociais e frações de classes.

Alguns atributos que definem o padrão de desenvolvimento capitalista, do bloco no poder, e que estão intimamente relacionados a esse último podem ser apresentados como: 1- A natureza e o tipo de regulação da relação capital-trabalho; 2- A natureza das relações intercapitalistas; 3- O modo como o Estado se articula com o processo de acumulação; 4- O

¹ O conceito de bloco no poder proposto por Poulantzas analisa o Estado num nível de abstração menor, permitindo captar as relações entre o Estado burguês, as classes, as frações do capital e a fração hegemônica no interior do Estado.

processo de incorporação do progresso técnico, a capacidade endógena de geração de inovações e a existência, ou não, de uma política industrial e tecnológica. 5- O modo de financiamento da acumulação, que diz respeito à importância de instituições financeiras públicas e/ou privadas e/ou do financiamento externo. 6- A estrutura de propriedade e distribuição de renda e da riqueza, bem como o conteúdo das políticas sociais; 7- A natureza da inserção internacional do país; 8- As formas de organização e representação política das distintas classes e frações de classes. (FILGUEIRAS et al, 2010).

2. CONSTITUIÇÃO E EVOLUÇÃO DO MODELO LIBERAL PERIFÉRICO NA ECONOMIA BRASILEIRA

O cenário internacional é um elemento relevante para a compreensão dos rumos das economias latino-americanas, uma vez que essas economias se caracterizam tanto pela dependência tecnológica quanto pela dependência financeira. Esse cenário internacional, que pode ser de escassez ou de excesso de liquidez, apresenta-se como questão relevante para o sucesso ou insucesso de muitas das estratégias de desenvolvimento traçadas pelos países dependentes ao longo das suas trajetórias de desenvolvimento, por mais que muitos estudos tentem minimizar ou desconsiderar tal peso da conjuntura internacional.

Na década de 1980 as economias da América Latina se depararam com a crise internacional de liquidez, sofrendo fortemente com a indisponibilidade de recursos financeiros no mercado internacional. Essa crise de liquidez proporcionou, dentre outras coisas, a insustentabilidade do Modelo de Substituição de Importações que dependia significativamente das fontes externas de financiamento. A partir de então a América Latina adentrou num cenário de profunda debilidade produtiva e elevados níveis de inflação, panorama fortemente influenciado pelas medidas restritivas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) – no chamado ajuste monetário do balanço de pagamentos –, que buscava garantir o pagamento dos empréstimos por parte dessas economias naquela ocasião. (FILGUEIRAS, 2006, p.71)

O receituário imposto pelo FMI aos países latino-americanos induziram esses países a tornarem-se exportadores de capitais para as economias centrais, forçando-os a realizar

intensos ajustes econômicos com o único objetivo de garantir o pagamento dos juros advindos dos empréstimos tomados ao longo da década anterior, especialmente o Brasil, que teve boa parte de seu desenvolvimento condicionado à política de endividamento externo.

Esse cenário, que marcou os anos 1980, caracterizou-se essencialmente como uma crise de liquidez que de um lado proporcionou o esgotamento das fontes externas de recursos financeiros no mercado – promovendo a insustentabilidade do Modelo de Substituição de Importações na economia brasileira –, e do outro lado, inviabilizou o sucesso dos planos de estabilização inflacionária aplicados durante toda década de 1980 na economia brasileira.

A crise da dívida externa nos anos 1980 marcou o esgotamento do padrão desenvolvimentista ao longo de toda década. É importante destacar que o esgotamento do modelo desenvolvimentista se processou ao longo dos anos 1980, período no qual ainda houve diversas tentativas das distintas frações de classe de reformular o modelo de substituição de importações, com o intuito de solucionar a crise do modelo. No entanto, a década de 1980, ao menos do ponto de vista estritamente econômico, se mostrou uma “década perdida” devido aos diversos problemas econômicos, principalmente, o baixo crescimento econômico, que arrasou muitos países na América Latina, especialmente o Brasil.

A partir dos anos 1990, inicia-se a implementação das recomendações político-econômicas do Consenso de Washington para a economia brasileira. A crítica situação inflacionária da economia brasileira e os repetidos fracassos dos planos de estabilização na década anterior se apresentaram como justificativas para o fortalecimento do projeto neoliberal, que emergia nessa ocasião como “solução” para aquele cenário crítico. Além disso, o “medo” do comunismo, que acompanhava as classes dominantes diante do avanço dos movimentos sociais, tais como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), o MST (Movimento dos Sem-Terra) e o PT (Partido dos Trabalhadores), fez com que o projeto neoliberal ganhasse mais espaço como proposta ideal para acomodar os conflitos de classe na década de 1990.

Diante desse contexto, o projeto neoliberal ganha fôlego, saindo de seu plano meramente teórico e doutrinário para se constituir num conjunto de recomendações político-

econômicas para o Brasil, reforçando a ideia de que a crise dos anos de 1980 seria uma crise estrutural do padrão desenvolvimentista, o qual não apresentava mais condições de responder adequadamente aos problemas persistentes na dinâmica dessa economia, nem tampouco se mostrava adequado ao paradigma de desenvolvimento capitalista que vinha se consolidando internacionalmente. Nessa perspectiva, as forças políticas que representavam o projeto neoliberal naquela ocasião advogaram em defesa da criação de novas propostas econômicas para a economia brasileira.

A vitória política do projeto neoliberal e a constituição de um novo paradigma econômico no início dos anos de 1990 inauguraram, através de suas transformações estruturais e de um novo arranjo político, um novo padrão de desenvolvimento econômico no Brasil: o Modelo Liberal Periférico. É possível dizer que esse padrão de desenvolvimento foi se acomodando politicamente e adquirindo hegemonia ao longo do governo Fernando Henrique Cardoso. Martuscelli (2013) afirma que,

Dadas as dificuldades impostas para fazer oposição ao neoliberalismo, é possível considerar as eleições de 1994 como uma circunstância histórica decisiva para a consolidação no bloco no poder neoliberal e para a superação da situação de instabilidade hegemônica que marcou o final dos anos 1980 e os primeiros anos da década de 1990. (MARTUSCELLI, 2013, p. 164)

É com base nessa conjuntura externa e interna que o Modelo Liberal Periférico se estabelece, tendo como base um conjunto de reformas econômicas de natureza neoliberais (desregulamentação financeira, abertura econômica abrupta e privatizações) já iniciadas ao longo do governo Collor, no início dos anos 1990.

A literatura que investiga a constituição do Modelo Liberal Periférico considera que esse padrão foi adquirindo estabilidade ao longo das três últimas décadas, ou seja, para os teóricos do Modelo Liberal Periférico, esse padrão ainda se encontra em pleno funcionamento no cenário socioeconômico atual, mesmo com forças políticas mais à esquerda na representação do Estado. Isso não significa dizer que esse padrão não experimentou modificações ao longo dos diversos governos, uma vez que houve acomodações no bloco no poder ao longo do tempo, o que permitiu, dentre outras coisas, mudanças em termos de políticas macroeconômicas e sociais nos distintos governos dos anos 1990 até os dias atuais.

Inicialmente, a dinâmica do Modelo Liberal Periférico esteve demarcada pelo regime de âncora cambial, que predominou durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-1998). Em que pese o “sucesso” inicial de combate à inflação ao longo primeiro governo de FHC, o modelo anti-inflacionário esteve marcado por um arranjo macroeconômico no qual o câmbio valorizado e as altas taxas de juros foram as variáveis utilizadas para o controle de inflação. Esse arranjo provocou uma forte instabilidade macroeconômica, situação que forçou o governo a abandonar esse regime após a deflagração da crise cambial em 1999, substituindo-o pelo tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante), o que, por sua vez, expressou a primeira inflexão do Modelo Liberal Periférico.

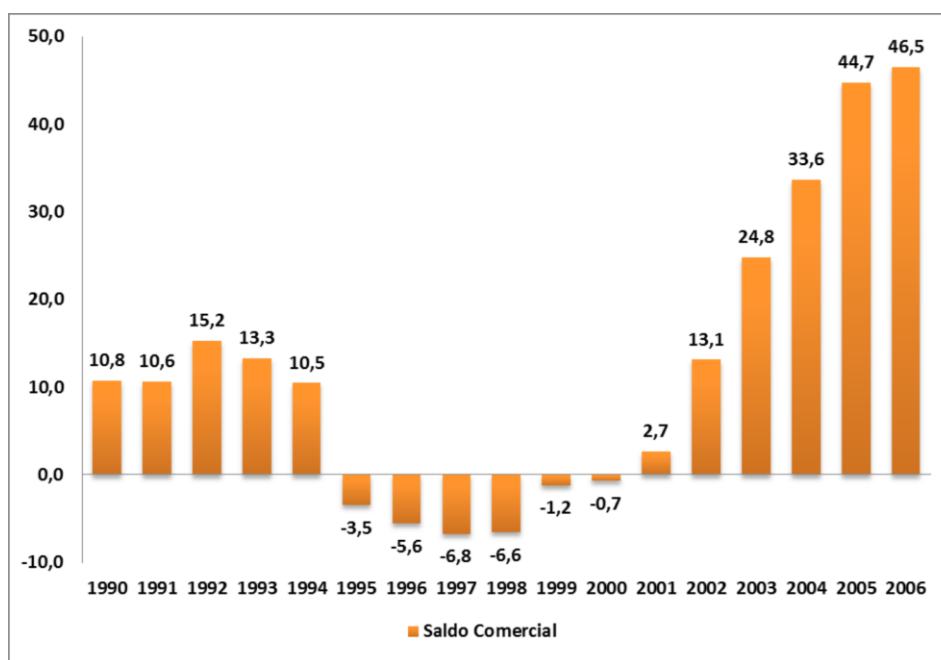
Tanto o regime de âncora cambial quanto o tripé macroeconômico conservam a dependência da economia brasileira em relação ao fluxo de capitais estrangeiros, mais especificamente, ambos os regimes preservam a hegemonia do capital financeiro. No entanto, com a primeira inflexão o capital financeiro perde sua hegemonia absoluta, uma vez que o tripé macroeconômico reduziu não só a instabilidade macroeconômica do padrão de desenvolvimento, mas reacomodou o bloco no poder, possibilitando que outras frações do capital, principalmente os setores exportadores (agronegócio e commodities minerais), ganhassem expressão nessa composição política do Estado. (BOITO JR, 2006 apud FILGUEIRAS, 2012, p.37). Para Filgueiras,

O desempenho das exportações passou a ser decisivo para remunerar esse capital e, ao mesmo tempo, dar ao modelo o mínimo de estabilidade e capacidade de enfrentar as crises cambiais. Os superávits na balança comercial e, eventualmente, na conta de transações correntes, embora não tenham eliminado a instabilidade e a vulnerabilidade externa estrutural do modelo, permitiram a redução dos indicadores de vulnerabilidade externa conjuntural do país. (FILGUEIRAS, 2012, p.37).

O regime do tripé macroeconômico proporcionou uma desvalorização cambial ao longo do segundo governo (1999 – 2002) de Fernando Henrique Cardoso, o que, por sua vez, tornou as exportações brasileiras mais competitivas e possibilitou uma melhora na balança comercial. Entretanto, a balança comercial só apresentou superávits a partir de 2001(ver gráfico 1), enquanto a balança de rendas e serviços seguiu deficitária, impossibilitando

qualquer resultado positivo nas transações correntes da economia brasileira no período imediato de introdução do tripé macroeconômico.

Gráfico 1: Saldo Comercial US\$ Bilhões – Brasil (1990-2006)



Fonte: SECEX/MDIC

Os resultados superavitários na balança comercial aparecem, de fato, ao longo do primeiro governo Lula (2003-2006), situação favorecida pela conjuntura internacional de “boom” das commodities – fortalecendo especialmente o agronegócio brasileiro da soja –, e que permitiu resultados positivos nas transações correntes e uma redução da vulnerabilidade conjuntural da economia brasileira. Nos três primeiros anos iniciais do governo Lula houve a manutenção do tripé macroeconômico rígido, ou seja, a combinação (altas taxas de juros, metas de superávit fiscal primário e câmbio flutuante) foi preservada sinalizando para o capital financeiro que a “casa” estava em ordem.

A flexibilização do tripé macroeconômico no segundo governo Lula (2006/2007) marca a segunda inflexão do Modelo Liberal Periférico. Essa flexibilização, que se expressou na redução da meta de superávit fiscal primário e no abandono da estratégia de metas de inflação cada vez menores – que se deu quando o Copom estabeleceu a meta de inflação constante em 4,5% a.a –, permitiu o controle da apreciação da taxa de câmbio, o que

melhorou a competitividade da indústria brasileira no mercado internacional e abriu espaço para maior participação do Estado na economia (via investimentos públicos e políticas econômicas voltadas para aquecer a demanda agregada) (OREIRO, 2011, p.2).

Em que pese essas duas inflexões no atual padrão de desenvolvimento, é possível dizer que no que tange à natureza desse padrão, naquilo que ele tem de essencial, ele se mantém ao longo das três últimas décadas, e isso se expressa principalmente nas características que dizem respeito à dinâmica econômica. Essas características estão relacionadas às características estruturais, e podem ser entendidas enquanto expressão delas. Essas características que dizem respeito à dinâmica podem ser apresentadas da seguinte maneira: 1) vulnerabilidade externa estrutural; 2) inserção passiva no comércio internacional; 3) instabilidade macroeconômica e dificuldade de manutenção de taxas de crescimento mais elevadas.

3- A INSERÇÃO EXTERNA DO BRASIL NO GOVERNO LULA E O “BOOM” DO AGRONEGÓCIO

A questão da inserção internacional da economia brasileira durante o governo Lula é sem dúvida uma das questões mais controversas entre os economistas quando se discute o processo de desenvolvimento brasileiro nos últimos anos, principalmente quando se leva em conta alguns resultados macroeconômicos positivos em relação ao governo Fernando Henrique Cardoso.

Os consideráveis resultados positivos nas contas externas da economia brasileira, no período que vai de 2003 até meados de 2007, empolgaram a grande maioria dos economistas brasileiros, levando-os a acreditar que a economia brasileira estava “blindada” aos movimentos da conjuntura internacional, diga-se protegida em relação aos choques exógenos (GONÇALVES, 2012). Esses resultados se mostraram tão relevantes para o desempenho da economia brasileira que fizeram emergir no meio acadêmico e político intensos debates em torno da compreensão do atual modelo econômico brasileiro, visto por alguns teóricos como uma espécie de retorno às experiências desenvolvimentistas dos anos 1930-1980.

Os bons resultados do governo Lula nas contas externas levaram economistas brasileiros das diversas correntes teórico-ideológicas a buscar explicações para o bom desempenho da economia. Para os teóricos alinhados à ortodoxia neoliberal-neoclássica o bom desempenho no período reflete o amadurecimento das reformas neoliberais adotadas ao longo dos anos 1990, ou seja, uma “herança bendita” foi passada para o governo Lula, que se beneficiou, por exemplo, do progresso técnico oriundo da abertura comercial e financeira da economia ao longo dos anos 1990, e do cenário de estabilidade monetária proporcionado pela adoção do Plano Real (FILGUEIRAS, 2012, p.4). Para a heterodoxia o bom desempenho da economia no governo Lula não se explica pelas reformas neoliberais, inclusive alguns teóricos – como Barbosa e Souza (2010), ex-integrantes da equipe de política econômica do governo Lula –, destacam que o bom desempenho refletiu muito mais a capacidade e a habilidade demonstradas pelo governo ao flexibilizar as políticas econômicas que foram herdadas do governo FHC e ao adotar políticas econômicas voltadas para o dinamismo do mercado interno.

Sobre o bom desempenho da economia brasileira ao longo do governo Lula, Filgueiras (2012) destaca que a natureza do padrão de desenvolvimento brasileiro ao longo do governo Lula se manteve a mesma, já que o arranjo político-econômico que orienta a acumulação de capital permanece o mesmo desde a liberalização comercial e financeira iniciada nos anos 1990. No entanto, o autor considera que duas inflexões, que se expressaram no plano das políticas econômicas, são marcas importantes para entender aquilo que consiste na essência do Modelo Liberal Periférico e aquilo que consiste na sua aparência: a) a primeira inflexão no interior desse padrão de desenvolvimento ocorre no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente nos anos 2000, quando o governo se vê forçado a abandonar o regime de âncora cambial vigente desde a introdução do Plano Real; adotando em seu lugar, o tripé macroeconômico (metas de inflação, superávit fiscal primário e câmbio flutuante); b) a segunda inflexão ocorre no segundo governo Lula, entre 2006/2007, quando o governo não abandona o tripé macroeconômico herdado do governo FHC, apenas flexibiliza operação desse tripé, criando espaço para uma participação mais ativa do Estado na economia.

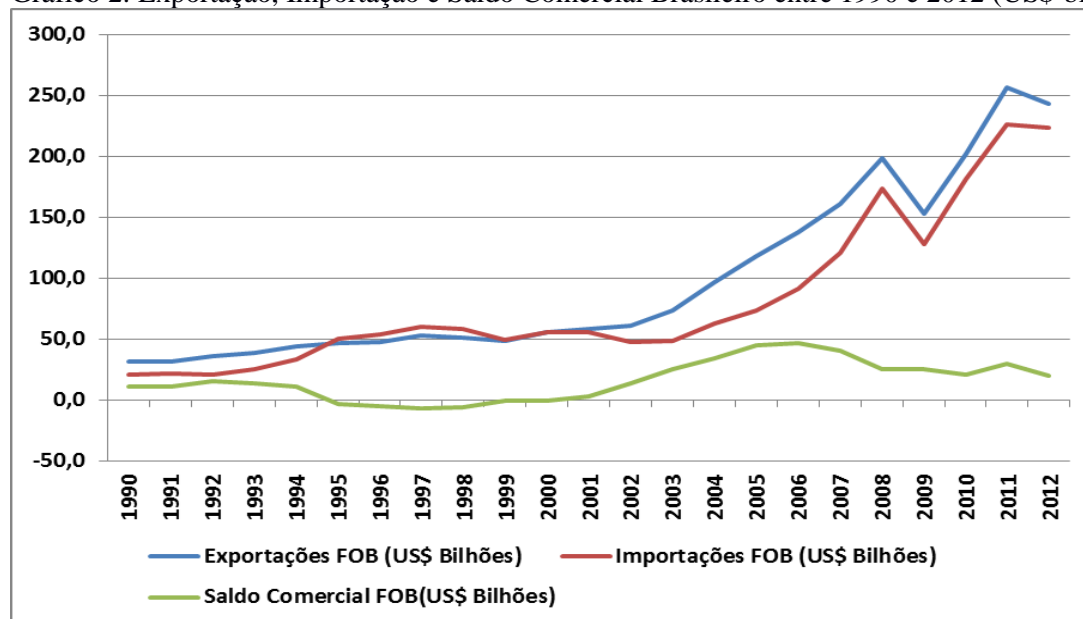
Com base nessas considerações, é possível entender que a essência do padrão de desenvolvimento é a mesma, ou seja, o Modelo Liberal Periférico seguiu preservado ao longo do governo Lula, isso quer dizer, dentre outras coisas, que no governo em questão o padrão macroeconômico nacional não experimentou mudanças substanciais, conservando, dessa maneira, a lógica mais geral de manutenção da hegemonia do capital financeiro.

A aparência do movimento do capitalismo brasileiro impediu que muitos analistas considerassem a essência desse mesmo processo e, portanto, muitos deles foram incapazes de fazer a distinção entre dois elementos importantes para compreender a natureza da dinâmica da economia brasileira: a vulnerabilidade externa conjuntural e a vulnerabilidade externa estrutural,

[...] vulnerabilidade externa conjuntural reflete a capacidade de resistência no curto prazo em função das opções de política e dos custos do ajuste externo. A vulnerabilidade externa estrutural, por seu turno, reflete a capacidade de resistência no longo prazo; portanto, ela expressa características estruturais da economia como: estrutura produtiva, padrão de comércio exterior, eficiência sistêmica, dinamismo tecnológico, robustez financeira e institucional. (GONÇALVES, 2012, p.1).

O gráfico 2 permite algumas observações sobre essa inserção externa da economia brasileira nos últimos anos. Ainda no governo FHC II (1999-2002) a variável “exportações” passou a ocupar um papel mais relevante na dinâmica do Modelo Liberal Periférico, e essa lógica de funcionamento seguiu preservada ao longo do governo Lula. Cabe frisar que, obedecendo a essa orientação, o dinamismo da economia brasileira se tornou cada vez mais dependente da dinâmica do mercado externo.

Gráfico 2: Exportação, Importação e Saldo Comercial Brasileiro entre 1990 e 2012 (US\$-bi)



Fonte: Banco Central

Como se pode constatar no gráfico 2, o expressivo aumento no saldo comercial ao longo do primeiro mandato do governo Lula (2003 a 2006) foi sem dúvida um fator conjunturalmente importante para a melhora da economia brasileira, fato que empolgou a grande maioria dos analistas a respeito da capacidade de resistência dessa economia no longo prazo e da sua virtuosa participação nos fluxos de comércio exterior. No entanto, essa participação mais relevante nos fluxos de comércio internacional se deu, muitas vezes, com base nos setores menos intensivos em tecnologia e acompanhada da redução persistente da participação da indústria de transformação no PIB, o que levou alguns estudiosos a analisar os fenômenos da desindustrialização precoce² e da reprimarização da pauta de exportações da economia brasileira.

Vários economistas destacam que a entrada da economia chinesa na OMC teve papel relevante na melhora conjuntural da economia brasileira ao longo do ciclo do “boom” das

² “A desindustrialização causada pela apreciação da taxa real de câmbio resultante da descoberta de recursos naturais escassos num determinado país ou região é classificada como “negativa”, pois é o resultado de uma ‘falha de mercado’ na qual a existência e/ou a descoberta de recursos naturais escassos, para os quais o preço de mercado é superior ao custo marginal social de produção, gera uma apreciação da taxa de câmbio real, produzindo, assim, uma externalidade negativa sobre o setor produtor de bens manufaturados.” (BRESSER-PEREIRA, 2006 *apud* OREIRO; FEIJÓ, 2010, p.222).

commodities, tendo em vista que a mesma assumiu a condição de principal parceira comercial do Brasil, demandando commodities agrícolas e minerais, e ao mesmo tempo alterando a dependência da economia brasileira em relação à economia americana (FILGUEIRAS, 2012; GONÇALVES; 2012).

A China vem se estabelecendo como expressivo espaço de atração dos investimentos diretos estrangeiros, situação essa que explica, em parte, o fenômeno da desindustrialização positiva que nas duas últimas décadas segue acometendo fortemente os países de industrialização madura (CANO, 2014, p.7). Nesse sentido, muito se tem discutido sobre as relações comerciais entre China e Brasil, alguns analistas veem com otimismo o fortalecimento dessa parceria comercial, enquanto outros veem a possibilidade do aprofundamento da dependência da economia brasileira, que se expressaria tanto na condição de país especializado na produção de commodities para a economia chinesa, quanto nas condições de importador de produtos de conteúdo tecnológico mais elevado e de base de acumulação para o capital chinês. Nunca é demais mencionar os efeitos políticos no bloco no poder do atual padrão de desenvolvimento brasileiro, pois toda essa dinâmica tem permitido o fortalecimento no interior do Estado de duas frações do capital, quais sejam: o agronegócio e os capitais que atuam na indústria extrativa mineral.

Há certo consenso em torno do reconhecimento dos principais eixos dinamizadores da economia ao longo dos últimos anos, o qual reconhece o papel do agronegócio nos resultados positivos da balança comercial brasileira. Ainda assim, mesmo nesse ponto de certo consenso, as divergências continuam evidentes e demarcam as distintas visões em torno da compreensão desse elemento dinamizador da economia nos últimos anos.

4- O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: A PARTICIPAÇÃO DO OESTE BAIANO

O arranjo funcional do Modelo Liberal Periférico redefiniu em novas bases um novo papel para a agricultura na economia nacional e estabeleceu as prioridades regionais para a implementação desse projeto. Isso se deu basicamente através da nova função que esse setor assumiu na dinâmica macroeconômica do atual modelo econômico brasileiro, qual seja: o papel de principal setor exportador e sua função de gerar saldos positivos na balança

comercial, com o objetivo de remunerar os capitais externos, servindo assim de suporte na macroeconomia do modelo de acumulação do capital financeiro (STEDILE, 2013, p.27).

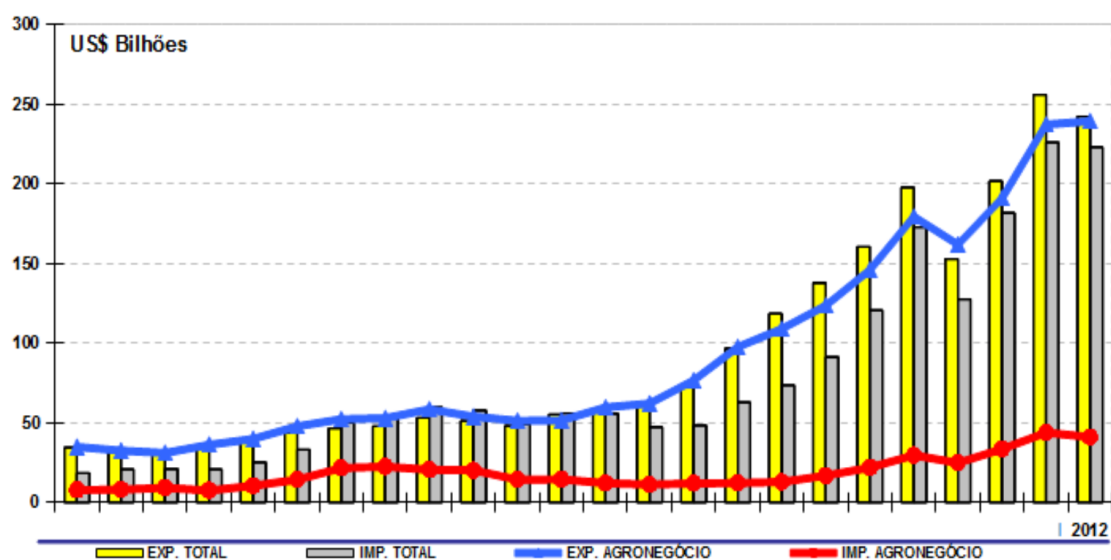
Delgado (2010) chama de reestruturação da economia do agronegócio essa redefinição do papel da agricultura em novas bases na economia brasileira. Para o economista, é possível perceber que se constitui, a partir dos anos 2000, um pacto de economia política que reestabelece uma lógica de estímulo à agricultura capitalista brasileira com características muito semelhantes às de uma estratégia de capital financeiro nesse setor, definida no período militar (1965-85) e desabilitada em parte dos anos 1990 (DELGADO, 2010, p.116).

A primeira inflexão no Modelo Liberal Periférico, que se deu no segundo governo de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), evidencia o papel que a agricultura brasileira, cada vez mais dominada pelo capital – principalmente pelo capital estrangeiro –, assumiria enquanto base de sustentação da lógica de acumulação desse padrão de desenvolvimento na medida em que as circunstâncias cambiais forçaram a economia brasileira a encontrar um caminho para solucionar os persistentes déficits em transações correntes, cada vez mais crescentes por conta das remessas de lucros das empresas instaladas na economia após o programa de abertura econômico-financeira, e do pagamento dos serviços da dívida externa. Alguns autores destacam que essa solução surge pelo lado do comércio internacional, o qual estabelece para o agronegócio brasileiro, especialmente a partir do “boom” das commodities, já no governo Lula, a função de gerar saldos positivos para evitar os recorrentes déficits em transações correntes da economia brasileira.

O primeiro governo Lula (2003-2006) encontrou um comércio internacional bastante favorável para algumas commodities minerais e agrícolas (soja, milho, açúcar, carnes e madeira), o que permitiu que esse governo obtivesse com a estratégia do agronegócio arquitetada no governo Fernando Henrique Cardoso resultados positivos no comércio internacional e alcançasse durante cinco anos (2003-2007) superávits nas transações correntes (GONÇALVES, 2012; DELGADO, 2013; FILGUEIRAS, 2012).

O gráfico abaixo³ mostra o comportamento da balança comercial brasileira e o do agronegócio desde a consolidação do Modelo Liberal Periférico. É possível perceber que, dos anos 1990 até os anos 2000, as exportações do agronegócio (linha azul) mantêm um comportamento estável, sem grandes saltos. A partir dos anos 2003 as exportações do agronegócio apresentam um comportamento ascendente, ao mesmo tempo em que seu desempenho parece puxar cada vez mais o comportamento da variável “exportação total”, o que corrobora para a discussão sobre a reprimarização da pauta exportadora.

Gráfico - Evolução anual da balança comercial brasileira e do agronegócio - 1989 a 2012 - (em US\$ bilhões)



Fonte: AgroStat Brasil, a partir de dados da SECEX/MDIC

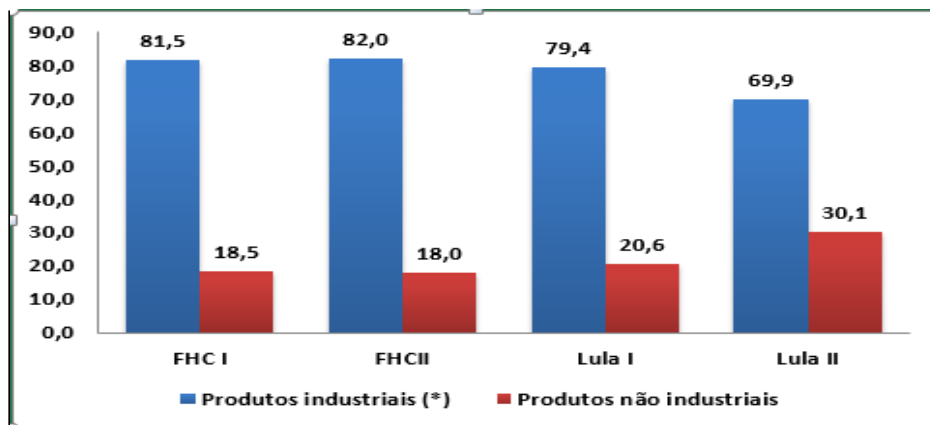
Elaboração: CGOE/ DPI/ SRI/ MAPA

Fonte: BRASIL, Ministério da Indústria e Comércio Exterior 2014.

A dinâmica desse processo se deu acompanhada da notória queda da participação dos produtos industriais e do aumento da participação dos produtos não industriais no total das exportações da economia brasileira (GRÁFICO 3). No gráfico abaixo, é possível verificar uma queda da participação dos produtos industriais no total das exportações do governo FHC I até o governo Lula II, e ao mesmo tempo um crescimento da participação dos produtos não industriais no mesmo período analisado.

³ Gráfico extraído diretamente da página: <http://www.agricultura.gov.br/internacional/indicadores-e-estatisticas/balanca-comercial>

Gráfico 3: Exportação brasileira por intensidade tecnológica – % do total exportado



Fonte: SECEX/MDIC

Delgado (2013) acrescenta que,

[...] Se somarmos aos produtos básicos os “semimanufaturados”, que na verdade correspondem a uma pauta exportadora das cadeias agroindustriais e minerais, veremos que esse conjunto de exportações primárias “básicos” + “semielaborados” evoluirá de 44% no período 1995-1999, para 54,3% no triênio 2008-2010, enquanto que de forma recíproca as exportações de manufaturados involuirão em termos proporcionais no mesmo período, caindo de 56% para 43,4%. (DELGADO, 2013, p.66)

É nesse contexto de crescimento das exportações de produtos primários e destaque das cadeias agroindustriais que o complexo da soja desponta, nos últimos anos, como principal representante do agronegócio brasileiro no comércio internacional (TABELA 1).

Tabela 1: Exportações do agronegócio entre 2006 e 2012 (em U\$\$ milhões)

Produtos	Ano 2006	Ano 2012	Incremento no período (%)
1° Complexo da soja	9.308	26.114	180,6
2° Carnes	8.642	15.736	82,1
3° Complexo sucroalcooleiro	7.788	15.045	93,2
4° Cereais, farinhas e preparações.	723	6.674	823,5
5° Café	3.364	6.463	92,1

Fonte: Elaboração própria, 2014, com dados do MAPA, 2012.

Para Stedile (2013) o agronegócio possui uma “agenda” de expansão, na qual a produção da soja aparece como prioridade para a grande maioria das regiões. Nesse sentido, a Bahia também aparece como referência nesse processo de acumulação mais recente do agronegócio.

O processo de incorporação das áreas agrícolas do Oeste baiano ao processo de produção capitalista da agricultura concentrou-se, desde sempre, em torno da cultura da soja, que apresentava cada vez mais uma demanda crescente no mercado internacional. Ferreira et al (2012) destaca que a região do Oeste baiano (figura abaixo) é considerada a maior região do estado da Bahia, com uma área de 114.873 Km² de extensão territorial, área que envolve aproximadamente 20% de toda área da Bahia. Tal região localiza-se ainda nas proximidades de um dos principais rios do Brasil, o Rio São Francisco, e desde o final da década de 1970 vem sendo integrada como um dos principais polos de acumulação do capital, através da produção da soja.



Fonte: SEI, 2014.

De acordo com Sano (2011), o Oeste baiano é composto por 24 municípios e três microrregiões: Barreiras, Baianópolis, Formosa do Rio Preto, Catolândia, São Desidério (microrregião de Barreiras), Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves, Angical, Brejolândia, Cotegipe, Cristópolis, Mansidão, Santa Rita de Cássia, Wanderley (microrregião de Cotegipe) e Tabocas do Brejo Velho, Santa Maria da Vitória, Santana, Serra Dourada (microrregião de Santa Maria da Vitória) e São Felix do Coribe (SANO et al., 2011, p. 480).

A integração do Oeste Baiano ao processo de difusão da agricultura mecanizada e de base capitalista se deu em meio aos primeiros sinais de crise do padrão de desenvolvimento que predominou ao longo dos anos 1930-1980, convencionalmente chamado de Modelo de Substituição de Importações. No entanto, mesmo neste contexto de esgotamento do Estado como vetor do desenvolvimento econômico, ao longo da década de 1980, o Oeste baiano assistiu à implantação de duas principais agroindústrias – a Olvebasa em 1989 e a Ceval em 1987 –, ambas financiadas pelos governos estadual e federal.

É importante destacar que nem todos os municípios dessa região passaram por esse processo, e nem é possível afirmar que aqueles que passaram responderam da mesma maneira, haja vista as especificidades de cada município. Nesse sentido, merece destaque os municípios de Barreiras, Baianópolis, Formosa do Rio Preto e São Desidério, considerados os mais afetados pelo processo de difusão da agricultura em bases capitalistas (SANTOS FILHO, 1989 apud SALES, 2001).

Ao longo da década de 1990 a região do Oeste baiano passou por novas modificações econômicas e espaciais em virtude do processo mais geral de abertura da economia brasileira e sofreu intensos processos de centralização e concentração de capitais via controle de algumas multinacionais no complexo agroindustrial.

As reformas propostas pelo Plano Real proporcionaram a internalização de multinacionais no comércio brasileiro de soja em diversas regiões do país. Nesse sentido, a partir dos anos 1990, o modelo de produção da soja implementado no Oeste baiano passaria mais uma vez a ser dinamizado pelo capital estrangeiro, dessa vez orientando-se para atender ao mercado

internacional e colocando essa região como um dos principais polos de produção de commodities do Brasil.

Essa dinâmica proporcionada pela consolidação do Modelo Liberal Periférico possibilitou que a multinacional Cargill adentrasse no mercado brasileiro e adquirisse a Óleos Vegetais da Bahia S/A (OLVEBASA) em 1997, e a multinacional Bunge adquirisse a Ceval em 1998. A Olvebasa, agroindústria ligada à produção de óleo e farelo de soja, foi instalada na região do Oeste baiano a partir de 1989, e passou ao controle da multinacional Cargill em 1997 (SANTOS FILHO, 1989 apud SALES, 2001). A Ceval Alimentos S/A iniciou suas atividades nos cerrados baianos em 1987, e em 1998 a Bunge adquiriu o seu controle acionário, tornando-se o terceiro maior grupo do setor alimentício no mundo e uma das principais referências exportadoras do agronegócio brasileiro desde então. Segundo Santiago (2011),

[...] Desse modo, as duas indústrias processadoras instaladas em tais espaços no início dessa década, *Ceval* e *Olvebasa*, passaram por processos de venda e arrendamento, respectivamente, sendo controladas por empresas multinacionais – no primeiro caso, *Bunge Alimentos* e, no segundo, *Cargill*.(SANTIAGO, p.94, 2011)

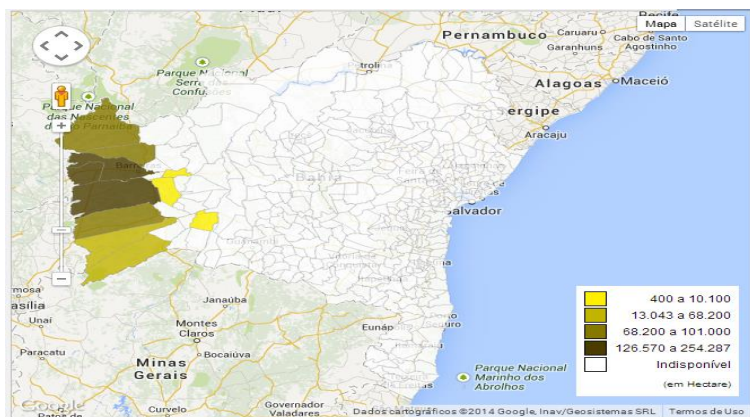
Todo esse processo levou a uma concentração da produção da soja em algumas regiões do país, especialmente na região do Oeste baiano. Estudos⁴ apontam que mais de 95% da soja do estado da Bahia está concentrada em seis municípios da região do Oeste baiano: São Desidério, Luís Eduardo Magalhães, Formosa do Rio Preto, Barreiras, Correntina e Riachão das Neves.

De acordo com os dados da Pesquisa Agrícola Municipal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PAM-IBGE) sobre culturas temporárias e permanentes no ano de 2012, o estado da Bahia manteve a 6ª posição na representação nacional dos principais estados produtores de soja, tendo colhido 3.212.787 toneladas do grão (PAM-IBGE, 2012, p.47). Ainda de acordo com esse mesmo estudo, os principais municípios baianos produtores de soja, no ano de 2012, foram Formosa do Rio Preto e São Desidério, ambos na região do Oeste, que apesar de concentrarem apenas 2,6% da produção brasileira, representam 55,0% da produção estadual.

⁴ Ver artigo na íntegra: http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/socioeconomia2_v7n2_0.pdf

Os municípios de São Desidério, Luís Eduardo Magalhães e Barreiras aparecem (figura 2) com as principais áreas plantadas de soja (em grão), as quais ultrapassam a marca de 126.570ha. Esses três municípios figuram como os mais importantes quando o assunto é a acumulação do agronegócio baiano, destacando-se também com relação aos conflitos fundiários e contradições desse modelo de desenvolvimento local.

Figura 4: Oeste baiano >> soja (em grão) – área plantada



Fonte: IBGE, 2014

As duas principais agroindústrias desse complexo na região dos cerrados baianos, a Bunge, localizada em Luís Eduardo Magalhães, e a Cargill, localizada em Barreiras, são os destaques do complexo da soja estruturado nessa região desde as primeiras iniciativas de liberalização da economia brasileira ao longo dos anos 1990. Tanto a Bunge quanto a Cargill conseguiram imprimir um modelo de controle na região, seja o controle de parte significativa de terras na região, seja da produção ou até mesmo de financiamento para os pequenos e médios produtores da região que são cada vez mais absorvidos pelo modelo de acumulação que essas multinacionais consolidaram nesse espaço nos últimos anos.

Stedile (2013) chama atenção para as mudanças estruturais na produção e na propriedade da terra no Brasil advindas desse padrão de desenvolvimento, que tem como base a dependência dos capitais estrangeiros e a produção de commodities para o mercado externo. Para ele,

Nos últimos dez anos, houve um processo acelerado de concentração da propriedade da terra. O índice que mede essa concentração continua crescendo.

O índice de Gini, em 2006, estava em 0,854, que é maior inclusive do que em 1920, quando havíamos acabado de sair da escravidão. Nas estatísticas do cadastro do INCRA, vê-se que entre, 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades, e a área controlada por elas passou de 182 milhões de ha para 265 milhões de ha em apenas oito anos. (STEDILE, 2013, p.28)

Nesse contexto, marcado por políticas econômicas e agrícolas favoráveis ao agronegócio, e pelo fortalecimento de alianças entre forças políticas vinculadas à preservação do latifúndio, a reforma agrária torna-se cada vez mais indesejada pela fração agrária do capital que constantemente criminaliza os movimentos sociais que lutam por reforma agrária e melhores condições de vida no campo, reforçando a ideia de que o agronegócio é o modelo moderno e mais adequado para o desenvolvimento brasileiro. A imprensa burguesa reforça o discurso de sucesso do agronegócio na economia brasileira, negando as contradições desse modelo de produção no campo, enquanto apresenta para a população que tal modelo é insubstituível e mais eficiente para o país (STEDILE, 2013)

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo buscou apresentar a discussão sobre a dinâmica do agronegócio da soja e sua relação com o atual padrão de desenvolvimento brasileiro – denominado neste trabalho Modelo Liberal Periférico –, qualificando, dentro dos limites possíveis de um artigo, as características desse processo na região do Oeste baiano e o dinamismo dessa região nos com o “boom” da soja nos últimos anos. Para isso, o conceito de padrão de desenvolvimento foi destacado no trabalho a fim de apresentar o processo histórico de integração do Oeste baiano ao circuito de valorização do capital nas cadeias agroindustriais com base na ideia de totalidade do movimento do capital, pois é essa totalidade que dá sentido ao processo mais geral de estímulo ao desenvolvimento da cultura da soja nesta região. A consolidação do Modelo Liberal Periférico na economia brasileira implicou numa série de novos arranjos políticos, econômicos e sociais nas diversas regiões do país e, nos últimos anos, proporcionou a ascensão do agronegócio brasileiro no comércio internacional.

A literatura que investiga a constituição do Modelo Liberal Periférico considera que esse padrão de desenvolvimento ainda não foi superado por um novo padrão de desenvolvimento. Nesse sentido, o recente “boom” das commodities aprofundou algumas características desse padrão de desenvolvimento e viabilizou que uma agenda de expansão da soja em determinadas regiões do país, algo “desenhado” ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, ganhasse expressão econômica.

O modelo brasileiro da produção da soja pode ser entendido como a expressão da nova fase do capitalismo brasileiro dependente, no qual as exportações do complexo agroindustrial, especialmente do CAI da soja, aparecem como opção conjuntural para “sanar” o persistente e problemático déficit em transações correntes da economia brasileira, algo bastante evidente durante cinco anos do Governo Lula; ao mesmo tempo em que viabiliza os interesses da burguesia dependente-associada que orienta a acumulação capitalista em curso nesta economia, pois o agronegócio acaba desempenhando um papel funcional na lógica de funcionamento mais geral do Modelo Liberal Periférico.

5- REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Niemeyer F. Padrões de acumulação, industrialização e desenvolvimento: elementos para uma atualização conceitual. **Economia Ensaio**, Uberlândia, v.8, n.1, p. 3-24, 1993.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Base de dados macroeconômicos. Série histórica do balanço de pagamentos**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>. Acesso em: 30 set. 2013.

CANO, Wilson. (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. In: II Congresso Internacional do Centro Celso Furtado, 2, 2014, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Centro de Estudos do BNDES, 2014. p.1-32. Disponível em: <<http://centrocelsofurtado.org.br/congresso2014/arquivos/file/Artigo%20Wilson%20Cano.pdf>>. Acesso em: 11.set.2014

DELGADO, Guilherme da Costa. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Unicamp, 1985.

DELGADO, Guilherme da Costa. **Especialização primária como limite do desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.111-125, 2010. Disponível em: <http://desenvolvimentoemdebate.ie.ufrj.br/pdf/dd_guilherme.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014

DELGADO, Guilherme da Costa. Reestruturação da economia do agronegócio – anos 2000. In: STEDILE, João Pedro, (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

EBER, Fábio S. Desenvolvimento industrial e tecnológico da década de 90 – uma nova política industrial para um novo padrão de desenvolvimento. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p.9-42, 1992.

FERREIRA, Daíse de Jesus et al. Uma análise sobre a mão-de-obra e modernização agrícola da região do Oeste baiano entre os anos de 1970 e 2006. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Uberlândia, 21, 2012. **Anais eletrônicos...**Uberlândia: MG, 2012. Disponível em: <http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1416_2.pdf>. Acesso em: 10 de jul. 2014

FILGUEIRAS, Luiz. **A história do Plano Real**: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Boitempo, 2006.

FILGUEIRAS, Luiz. **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização**. Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, BNB, 2012.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste; BALANCO, Paulo. Modelo liberal-periférico e bloco no poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos Lula. In: CORECON. **Os anos Lula**: contribuições para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, p. 35-69.

GONÇALVES, Reinaldo. **Ciclo econômico global e vulnerabilidade externa estrutural do Brasil**. 2012. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/hpp/intranet/pdfs/ciclo_economico_e_vulnerabilidade_rg_30_08_2012.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2013.

IBGE. **Pesquisa agrícola municipal**, 2012. Disponível em: <[ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_Agricola_Municipal_\[anual\]/2012/pam_2012.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Agricola/Producao_Agricola_Municipal_[anual]/2012/pam_2012.pdf)>. Acesso em: 04 jul. 2014.

MARTUSCELLI, Danilo. **Crises políticas e capitalismo neoliberal no Brasil**. 2013. 334f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, São Paulo, 2013.

MENDONÇA, Jackson. **O potencial de crescimento da produção de grãos no Oeste da Bahia**. Bahia Agrícola, Seagri, Salvador, Ba, v.7, 2, abr. 2016. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/sites/default/files/socioeconomia2_v7n2_0.pdf>. Acesso em: 10.out.2014

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Mapa**. Intercâmbio Comercial do Agronegócio. Notícias. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/comunicacao/noticias/2014/06/publicada-a-8-edicao-do-intercambio-comercial-do-agronegocio>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

OREIRO, José Luis; FEIJÓ, Carmem A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v.30, n. 2, p. 219-232, 2010.

OREIRO, José Luis. **Crescimento e regimes de política macroeconômica: teoria e aplicação ao caso brasileiro (1999-2011)**. 2011. Disponível em: <http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/1%20Painel_Oreiro%20texto.pdf>. Acesso em: 20 jun.2014

SALES, Leila M. Pires. **A formação do complexo da soja no Oeste baiano: estratégias de diversificação**. 2001. 75f. Monografia (Graduação em Economia) – Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2001.

SANO, Edson Eyji *et al.* Fronteira agrícola do Oeste baiano: considerações sobre os aspectos temporais e ambientais. **Geociências**, São Paulo , v. 30, n. 3, p. 479-489, 2011.

SANTANA, Priscila. **Padrão de desenvolvimento brasileiro: um estudo do processo de integração do Oeste baiano**. 2014. 67f. Monografia Graduação em Ciências Econômicas) _ Faculdade de Economia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2014.

SANTIAGO, Juliana. **A produção dos espaços dos cerrados baianos após 1970**. 2011. 137f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia, 2011.

STEDILE, João Pedro, (Org.). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.